

RECURSO ESPECIAL Nº 1.769.885 - TO (2018/0246310-0)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : **ELISANGELA CORRADI DE OLIVEIRA**
ADVOGADO : **DOMINGOS DA SILVA GUIMARÃES - TO000260B**
RECORRIDO : **EGON JUST**
ADVOGADO : **RODRIGO OTÁVIO COELHO SOARES E OUTRO(S) - TO001931**
INTERES. : **ISRAEL SIQUEIRA DE ABREU CAMPOS**
ADVOGADO : **JOSÉ FRANCISCO DE SOUZA PARENTE - TO000964**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por ELISANGELA CORRADI DE OLIVEIRA, com arrimo no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. SUSCITAÇÃO DE DÚVIDA. TERCEIRO INTERESSADO. DESERÇÃO. JUSTIÇA GRATUITA DEFERIDA. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO QUANTO AO MÉRITO. OFENSA AO DISPOSTO NOS ARTS. 200 DA LEI DE REGISTROS PÚBLICOS E 84 DO CPC/73. SENTENÇA ANULADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

- 1. Uma vez concedida, a assistência judiciária gratuita, prevalecerá em todas as instâncias e para todos os atos do processo. Precedentes TJTO.*
- 2. A intervenção do Ministério Público, no procedimento de dúvida, é obrigatória em face do que dispõem os arts. 200 da Lei de Registros Públicos e 84 do Código de Processo Civil de 1973, sob pena de nulidade.*
- 3. Apelação cível conhecida e provida para anular a sentença e determinar o retorno dos autos ao Juízo de origem" (e-STJ fl. 495).*

Em suas razões (e-STJ fls. 554-564), a recorrente aponta violação dos artigos 493, 930, parágrafo único, 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 e 201 da Lei nº 6.015/1973.

Com as contrarrazões (e-STJ fls. 567-568), e admitido o recurso na origem (e-STJ fls. 574-579), subiram os autos a esta Corte.

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo não merece prosperar.

A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é firme no sentido de que o procedimento de dúvida suscitado pelo Oficial do Registro tramitado perante o Poder Judiciário reveste-se de caráter administrativo, não-jurisdicional, agindo o juízo monocrático, ou o colegiado, em atividade de controle da Administração Pública, de modo que é inviável a impugnação por via de recurso especial.

Nessa trilha, confirmam-se os seguintes precedentes:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. PROCEDIMENTO DE DÚVIDA REGISTRAL. NATUREZA ADMINISTRATIVA. IMPUGNAÇÃO POR TERCEIRO INTERESSADO. IRRELEVÂNCIA. CAUSA. AUSÊNCIA. NÃO CABIMENTO DE RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO. PARADIGMAS DA TERCEIRA E QUARTA TURMAS. INSURGÊNCIA CONTRA ACÓRDÃO DA PRÓPRIA SEGUNDA SEÇÃO. DISSENSO NÃO DEMONSTRADO. RECURSO MANIFESTAMENTE INCABÍVEL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 168 DESTE STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Aplicabilidade do NCPC neste julgamento conforme o Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. Descabidos são os embargos de divergência, a teor dos arts.

1.043, caput, do NCPC, e 266 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, porque somente são embargáveis de divergência acórdãos de órgãos fracionários da mesma Seção e não contra acórdão dela própria, em face daqueles paradigmas.

3. O recurso é manifestamente incabível, pois, de acordo com a orientação jurisprudencial sintetizada na Súmula nº 168 deste STJ, não cabem embargos de divergência quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado.

4. No caso, esta Corte Superior pacificou o entendimento de que não cabe recurso especial contra decisão proferida em procedimento de dúvida suscitado pelo Oficial do Registro tendo em conta a sua natureza administrativa.

5. Agravo interno não provido".

(AgInt nos EREsp 1.570.655/GO, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/06/2018, DJe 18/06/2018 - grifou-se)

"RECURSO ESPECIAL. DIREITO ADMINISTRATIVO. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. PROCEDIMENTO DE DÚVIDA REGISTRAL. NATUREZA ADMINISTRATIVA. IMPUGNAÇÃO POR TERCEIRO INTERESSADO. IRRELEVÂNCIA. CAUSA. AUSÊNCIA. NÃO CABIMENTO DE RECURSO ESPECIAL.

1. O procedimento de dúvida registral, previsto no art. 198 e seguintes da Lei de Registros Públicos, tem, por força de expressa previsão legal (LRP, art. 204), natureza administrativa, não qualificando prestação jurisdicional.

2. Não cabe recurso especial contra decisão proferida em procedimento administrativo, afigurando-se irrelevantes a existência de litigiosidade ou o fato de o julgamento emanar de órgão do Poder Judiciário, em função atípica.

3. Recurso especial não conhecido".

(REsp 1.570.655/GO, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 23/11/2016, DJe 09/12/2016 - grifou-se)

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - EXECUÇÃO DE SENTENÇA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO

RECLAMO. INSURGÊNCIA DA EXEQUENTE.

1. O procedimento de dúvida registral reveste-se de caráter administrativo, de modo que é inviável a impugnação por meio de recurso especial. Precedentes.

2. Agravo interno desprovido".

(AgInt no REsp 1.486.510/DF, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 08/05/2018, DJe 22/05/2018 - grifou-se)

"AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCEDIMENTO DE DÚVIDA REGISTRAL.

1. O procedimento de dúvida suscitado pelo Oficial do Registro reveste-se de caráter administrativo, de modo que é inviável a impugnação por meio de recurso especial. Precedentes.

2. Agravo interno a que se nega provimento".

(AgInt no AREsp 271.724/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 16/02/2017, DJe 23/02/2017 - grifou-se)

"PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. DÚVIDA REGISTRAL. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. IMPOSSIBILIDADE DE SER IMPUGNADA POR VIA DE RECURSO ESPECIAL. FALTA DE ARGUMENTOS NOVOS, MANTIDA A DECISÃO ANTERIOR. ENTENDIMENTO DESTA CORTE.. SÚMULA 83. IMPROVIMENTO.

I - O procedimento de dúvida suscitado pelo Oficial do Registro tramitado perante o Poder Judiciário reveste-se de caráter administrativo, não-jurisdicional, agindo o juízo monocrático, ou o colegiado, em atividade de controle da Administração Pública. Entendimento pacificado nesta Corte.

II- Não tendo a parte apresentado argumentos novos capazes de alterar o julgamento anterior, deve-se manter a decisão recorrida.

Incidência, no caso em tela, da Súmula 83/STJ.

Agravo improvido".

(AgRg no Ag 885.882/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/12/2008, DJe 11/02/2009 - grifou-se)

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - PROCESSUAL CIVIL - DÚVIDA REGISTRAL - INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS DE NATUREZA EXTRAORDINÁRIA - IMPOSSIBILIDADE - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO QUE NÃO SE ENQUADRA NO CONCEITO DE CAUSA - RECURSO IMPROVIDO.

I - A interposição de recurso especial tem como requisito intrínseco a existência de causa decidida em última ou única instância por Tribunal.

II - O procedimento de dúvida suscitado pelo Oficial do Registro tramitado perante o Poder Judiciário reveste-se de caráter administrativo, não-jurisdicional, agindo o juízo monocrático, ou o colegiado, em atividade de controle da Administração Pública.

III - Recurso a que se nega provimento".

(AgRg no Ag 656.216/SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, QUARTA TURMA, julgado em 21/08/2007, DJ 17/09/2007 - grifou-se)

Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 25 de março de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

